

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Furto de combustíveis alimenta ganhos de refinarias clandestinas.....	2
Título: Carf começa a julgar processos de R\$ 7,9 bilhões da Petrobras	6
Título: Blecaute é mais um constrangimento para Macri na Argentina	9
Título: Curta.....	11
Título: CPRM perfurou 17 poços da Braskem em Maceió	12
Título: Copersucar lucra R\$ 177 milhões.....	13
Título: Quatro projetos têm alta probabilidade de virarem lei.....	14
Título: Odebrecht faz a maior recuperação judicial do país, de R\$ 98,5 bilhões.....	15
Título: Gigante da construção vai ao fundo do poço após 75 anos	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Gás natural mais barato	20
Título: » Pujança.....	22
Título: Com dívidas de quase R\$ 100 bilhões, Odebrecht pede recuperação judicial	22
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: O novo BNDES e a crise da Odebrecht.....	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/06/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Furto de combustíveis alimenta ganhos de refinarias clandestinas**

Quem passa em frente a uma pequena loja do bairro não desconfia que, por debaixo do estabelecimento, um túnel liga clandestinamente a casa a um oleoduto da Petrobras, enterrado a poucos metros dali. A vizinhança também não sabe que as duas vans estacionadas na garagem escondem tanques cheios de combustível roubado diretamente do duto. A engenhosidade só foi descoberta quando um erro técnico no desvio provocou um incêndio. Homens feridos saíram correndo do estabelecimento e fugiram, enquanto técnicos da Transpetro e do Corpo de Bombeiros corriam até o local, na tentativa de conter o vazamento e evitar um acidente maior. O episódio, em Itaquaquecetuba, na Região Metropolitana de São Paulo, entrou para as estatísticas como mais um entre os 560 casos de furto ou tentativa de furto nos dutos da Transpetro entre 2016 e 2018.

O mercado ilegal de petróleo e combustíveis movimenta, por ano, US\$ 133 bilhões no mundo, segundo estimativas da Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Assaltos a navios petroleiros por grupos piratas, roubos de oleodutos e caminhões e atividades ilegais como adulteração de combustíveis não financiam mais apenas grupos como o Estado Islâmico, no Oriente Médio, e cartéis de narcotraficantes no México. Mais recentemente, organizações criminosas brasileiras entraram no mapa mundial do tráfico de petróleo.

No Brasil, investigadores têm se dedicado a apurar até que ponto grupos milicianos da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio, estão envolvidos no furto em oleodutos da Petrobras. Na outra ponta do negócio, as autoridades tentam seguir o rastro dos milhões de litros de combustíveis e petróleo bruto furtados dos oleodutos da petroleira, para descobrir quem alimenta esse crime organizado que já trouxe perdas de R\$ 600 milhões para os cofres da estatal nos últimos quatro anos. O furto de petróleo e derivados dos dutos da Transpetro, a subsidiária de logística da Petrobras, é um problema que se estende a outros Estados, caso, por exemplo, de São Paulo.

No Rio, o assunto está no centro das atenções do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ). A principal linha de investigação do grupo indica que os produtos roubados têm como destino algumas unidades industriais que atuam como espécies de refinarias clandestinas.

Tratam-se de empresas legais, com CNPJ, especializadas no reprocessamento de óleos usados para produção de solventes e outros produtos químicos, como graxas e óleos para uso industrial. Segundo uma fonte envolvida nas investigações, foram identificados produtos roubados em ao menos quatro dessas unidades no eixo Rio-São Paulo-Minas. Essas companhias compram com descontos o petróleo, o diesel e a gasolina roubados - produtos considerados mais nobres do que os óleos residuais que elas costumam recolher de navios, postos e indústrias, para reprocessamento.

Essas unidades, contudo, não têm autorização para armazenar e processar petróleo. Em Duque de Caxias, às margens da rodovia BR-040, na Baixada Fluminense, por exemplo, o MP-RJ solicitou o desmonte da Reoxil, que atua na reciclagem e purificação de produtos químicos, mas que mantinha em suas instalações petróleo bruto estocado, segundo o Ministério Público. Já em Cosmópolis (SP), as autoridades apreenderam 12 caminhões com petróleo cru em uma unidade semelhante: a Super Oil Bras. Os donos das empresas foram denunciados por receptação qualificada.

As investigações começam aos poucos a traçar novas rotas em busca de outros destinos para os produtos roubados, como postos de combustíveis. De acordo com uma segunda fonte que acompanha os desdobramentos das investigações, áreas de inteligência estão debruçadas para saber para onde vai o petróleo bruto. Há indícios de que os volumes roubados não têm sido vendidos somente para unidades de reprocessamento de óleo mapeadas, mas também para fábricas de asfalto, por exemplo.

Segundo as investigações, o furto de petróleo e combustíveis nos oleodutos não é comandado por uma única organização criminosa. São diferentes grupos, que não necessariamente atuam em conjunto e que não têm o mesmo perfil de atuação. O mapa de ocorrências mostra que São Paulo, por exemplo, concentra os casos de roubo de derivados em áreas urbanas. Já na Baixada Fluminense, no Rio, o principal produto furtado é o petróleo bruto, em áreas rurais.

Os casos no Rio ocorrem numa região conhecida pela forte presença de milicianos. Há indícios de que esses grupos atuam na cobrança de pedágio das quadrilhas que desviam as cargas dos oleodutos da Transpetro. Também chama a atenção dos investigadores a constante presença de polícias militares entre as organizações criminosas denunciadas, mas, segundo a fonte, o grau de envolvimento das milícias no crime ainda é objeto das investigações.

Para autoridades, agora é a hora de combater o furto em oleoduto, a fim de evitar que situação iguale a do México

Em quatro anos, 42 milhões de litros de derivados e óleo bruto foram desviados dos oleodutos da Petrobras. A realidade brasileira ainda está distante daquela vivenciada em países mais críticos, como Nigéria, Colômbia e México, mas preocupa pela escalada das ocorrências e pelos riscos associados ao crime. Em maio, morreu, em Duque de Caxias, Ana Cristina Pacheco Luciano, menina de nove anos de idade que teve 80% do corpo queimado ao cair em uma poça de gasolina depois de um vazamento ocorrido no oleoduto Orbel I, que liga o Rio de Janeiro a Minas Gerais, em uma tentativa de roubo de combustível.

Foi a partir de 2011 que a Petrobras começou a perceber uma mudança na organização dos crimes. Até então, segundo fontes, as ocorrências eram isoladas e amadoras, sem indícios de participação do crime organizado. As ocorrências só começaram a crescer a partir de 2014/2015, mas se tornaram sistêmicas, de fato, nos últimos três anos. Em 2018, a Transpetro registrou 261 casos de furto ou tentativa de furto em seus dutos em todo o país, um aumento de 15% frente a 2017 e de 262% ante 2016.

"O crime organizado percebeu que é um bom negócio. Importar quilos de cocaína envolve um custo operacional alto, mas o custo da matéria-prima, no caso do contrabando do petróleo, é zero. E os criminosos conseguem colocar muito rápido o produto no mercado", explica uma das fontes que acompanham o assunto de perto.

Segundo as investigações do MP-RJ, a organização era estruturada em núcleos, não necessariamente vinculados uns aos outros. O núcleo do Rio de Janeiro seria comandado, segundo o MP, por Denilson Silva Pessanha ("Maninho do Posto"), ex-vereador em Duque de Caxias e que se encontra foragido.

A divisão de tarefas do grupo revela o grau de organização do núcleo. De acordo com o MP-RJ, além de ser responsável pela perfuração e retirada dos combustíveis, Maninho também era encarregado de garantir o envio do

produto para outros Estados, por meio de emissão de notas fiscais fraudulentas. O grupo também era composto por criminosos encarregados de traçar rotas e pela rede de contato com os motoristas que faziam o transporte; pessoas dedicadas ao fornecimento dos caminhões; pela atividade de perfuração dos dutos; integrantes responsáveis por mapear e pelo arrendamento dos terrenos mais propícios para a atividade ilegal e pela segurança armada do local.

Os criminosos utilizam a técnica da trepanação - instalação de uma derivação clandestina na tubulação perfurada sem que haja a necessidade de fechar o abastecimento do produto. Ex-funcionários de terceirizadas da Petrobras, com experiência em caldeiraria e soldagem, estão entre alguns dos envolvidos na prestação do serviço para os grupos criminosos.

Casos de furtos no Rio de Janeiro ocorrem em uma região conhecida pela forte presença de milicianos

A percepção entre as autoridades é de que a hora de combater o furto nos oleodutos é agora, de forma a evitar que a situação alcance a dramaticidade de países como México e Nigéria, onde explosões em dutos, decorrentes do vazamento de combustíveis roubados, já vitimaram centenas de pessoas. Num dos casos mais recentes, em janeiro, um incêndio em uma tubulação de combustível no Estado mexicano de Hidalgo deixou pelo menos 66 mortos e mais de 70 feridos no momento em que centenas de pessoas roubavam gasolina que vazava de um duto.

Neste mês, a Petrobras lançou o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (Pró-Dutos), com o objetivo de prevenir furtos de combustíveis da malha de oleodutos operada pela Transpetro. A estatal assinou dois protocolos de intenção, um com o governo do Rio e outro com o governo de São Paulo, com o propósito de reforçar a cooperação estratégica entre as partes nas ações de inteligência e segurança. Além disso, a Transpetro mantém um programa de relacionamento com as comunidades vizinhas à rede de dutos e disponibiliza o número 168 para que a população denuncie ações de pessoas não autorizadas nos dutos

A meta da Petrobras é reduzir em 75% os furtos em seus oleodutos até 2021. Uma das propostas da estatal é desenvolver tecnologias para aprimorar a detecção e localização dos furtos. O presidente da companhia, Roberto Castello Branco, disse neste mês, durante o lançamento do programa Pró-Dutos, que pretende assinar um convênio com o Ministério da Justiça para tratar do

assunto. Ele também defendeu a tipificação do crime de roubo de oleodutos com penas mais pesadas.

"O crime tem repercussões muito amplas, as externalidades negativas são enormes", afirmou o executivo, na cerimônia de lançamento do programa.

O **Valor** tentou, sem sucesso, contato com as empresas Reoxil e Superoilbras, citadas nas investigações do MP-RJ.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Carf começa a julgar processos de R\$ 7,9 bilhões da Petrobras

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) começou a julgar ontem dois processos de uma relevante tese tributária para a Petrobras: a que trata do aluguel de plataformas petrolíferas. Em ambos os julgamentos, o placar, por enquanto, é desfavorável à companhia. Juntas, as autuações fiscais somam R\$ 7,9 bilhões.

Um terceiro julgamento está marcado para a tarde de hoje. A Petrobras tem vários processos sobre o tema - com uma derrota na Câmara Superior. O valor total da tese é estimado pela empresa em R\$ 45,45 bilhões, de acordo com seu Formulário de Referência. O montante inclui Cide, PIS e Cofins-Importação e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

A discussão central é a mesma: a divisão de contratos de aluguel (afretamento) e de prestação de serviços em plataformas. A empresa costuma fazer dois contratos, deixando a maior parte do valor para o de afretamento, que não é tributado. A Receita Federal, porém, não aceita essa separação - normalmente quando a diferença é grande - e tributa toda a operação como importação de serviços.

Ontem, o advogado da Petrobras, Tiago Lemos de Oliveira, destacou, nos julgamentos em turmas do Carf, que os gastos com afretamento são maiores devido ao valor de uma plataforma petrolífera, que gira em torno de US\$ 5 bilhões. "A Receita, porém, diz que a diferença entre os contratos de afretamentos e prestação de serviços seria muito grande", disse.

De acordo com ele, as provas apresentadas pela fiscalização para as autuações são as cláusulas contratuais, o que não seria suficiente. Ele explicou que o aluguel e a prestação de serviços são contratados de forma interdependentes e, por isso, precisam ter cláusulas que conversem entre si.

Ele lembrou que a própria Receita Federal permite a bipartição contratual no Repetro - regime fiscal aduaneiro que suspende a cobrança de tributos federais na importação de equipamentos para o setor. "Um pressuposto para uso do Repetro é a execução simultânea, depois a própria Receita Federal desconsidera os contratos por haver execução simultânea", afirmou.

Já o procurador Fabrício Sarmanho, da Fazenda Nacional, disse que a empresa não é autuada por causa da bipartição, mas da artificialidade. "O Repetro autoriza a bipartição, mas não uma bipartição artificial", afirmou.

Entre os processos que começaram a ser julgados ontem, o que está mais adiantado é o da 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção. Está em análise uma cobrança de R\$ 2,68 bilhões de Cide, referente ao ano de 2013.

Por enquanto, cinco conselheiros votaram. Três representantes da Fazenda, pela manutenção do auto. Dois representantes dos contribuintes, pelo cancelamento. Outros três conselheiros devem votar em julho, quando o processo retorna de pedido de vista.

O relator é o conselheiro Ari Vendramini, representante da Fazenda. Ele destacou, em seu voto, algumas características dos contratos levantados pela fiscalização. Eles indicam, segundo ele, empresas do mesmo grupo econômico, com responsabilidade solidária e execução simultânea. Para ele, porém, seria um contrato único. "O de afretamento é apenas um acessório ao contrato de prestação de serviços", disse.

A Fazenda Nacional também saiu na frente no outro julgamento, iniciado pela 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção. Um pedido de vista adiou a decisão para julho. Dos oito conselheiros que compõe o colegiado, apenas dois votaram. Ambos para manter uma cobrança de R\$ 5,22 bilhões de PIS e Cofins, referente ao ano de 2013.

O relator, conselheiro Gilson Macedo Rosenburg Filho, representante da Fazenda, considerou que, no caso, o fornecimento da unidade é parte indissociável do serviço contratado e as empresas contratadas são do mesmo grupo. Trata-se, acrescentou, de uma só contratação, artificialmente bipartida.

"A interdependência das empresas contratantes é nota característica", afirmou, acrescentando que o contrato de afretamento foi firmado com companhia estrangeira e concentrou 90% do valor dos contratos. "Na minha visão, nesse caso específico, a simulação está explícita."

O conselheiro Corinthians Oliveira Machado, também representante da Fazenda, acompanhou o relator, sem detalhar seu voto. O conselheiro Walker Araújo,

representante dos contribuintes, pediu vista na sequência, suspendendo o julgamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Energisa vai usar a Alsol em geração distribuída

Quinto maior grupo de distribuição de energia do país, em volume fornecido, a Energisa entrou no segmento de geração distribuída a fonte solar, com a conclusão ontem da aquisição de 87% da Alsol Energias Renováveis, empresa do grupo Algar, por R\$ 11,7 milhões. A algar permanecerá com 10% e os 3% restantes ficarão com Gustavo Buiatti, fundador da empresa e que ocupará o cargo de diretor de Tecnologia e Novos Negócios.

"Estamos entrando no segmento [de geração distribuída] através da Alsol", afirmou ao **Valor** o vice-presidente de Geração, Transmissão e Novos Negócios do grupo Energisa, Geraldo Mota, que responderá também pela presidência executiva da Alsol.

Segundo ele, a aquisição da companhia faz parte do processo de evolução da indústria de energia elétrica e permitirá à Energisa ampliar o leque de produtos e serviços disponibilizados para os clientes. "O setor elétrico está sendo hoje impactado por tecnologias disruptivas. Há tecnologias que estão nos desafiando. Os agentes do setor elétrico estão tendo que se adaptar, tanto em tecnologia para produção de energia quanto em tecnologia de como colocar essa energia para o consumidor", completou Mota.

De acordo com o executivo, a aquisição da Alsol reforçará a presença do grupo mineiro na indústria 4.0. Ela vai atuar nas áreas de geração distribuída, produção de fontes renováveis, armazenamento de energia, monitoramento em tempo real de geração e consumo e eletrificação de transportes.

O executivo não detalhou metas de longo prazo para o negócio de geração distribuída. A Alsol, porém, que fechou o ano passado com 25 megawatts (MW) de capacidade instalados de geração distribuída, pretende dobrar esse volume até o fim deste ano.

Segundo Buiatti, a Alsol foi responsável pela instalação do primeiro sistema de geração distribuída registrado no banco de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Uberlândia (MG). A companhia inclusive colocou em operação, no ano passado, um projeto do tipo na sede da agência reguladora, em Brasília, de 500 kW.

Fundada em 2012, a companhia registrou crescimento médio de 37,2% por trimestre até 2018, contra um aumento de 29,4% na média do segmento. A Alsol fechou o ano passado com faturamento de R\$ 56,5 milhões.

Segundo Mota, a Alsol também será estratégica na expansão do mercado de geração distribuída nos Estados do Acre e Rondônia, cujas distribuidoras locais (Eletroacre e Ceron, respectivamente), que pertenciam à Eletrobras, foram adquiridas no ano passado pela Energisa. "Acre e Rondônia têm potencial também para micro-rede em áreas isoladas. Você pode combinar bateria com fonte solar para atender as regiões isoladas".

Questionado sobre as discussões em andamento na agência reguladora relativas ao aprimoramento das regras para a geração distribuída, que podem implicar na cobrança dos usuários de projetos do tipo pelo uso da rede das distribuidoras, Mota afirmou que a evolução da regulamentação é um processo natural.

"A GD [geração distribuída] veio para ficar. A tecnologia está caindo de preço. A regulamentação tem que reconhecer isso e evoluir no sentido de que todos os atores presentes tenham a sua remuneração adequada. Entendemos que a regulamentação está vindo para resguardar os interesses econômicos de todas as partes envolvidas", explicou ele.

Maior grupo de distribuição de energia do país em área de concessão, a Energisa atende hoje a 7,7 milhões de clientes em 862 municípios de 11 Estados, em todas as regiões do país. A companhia fechou 2018 com receita líquida de R\$ 15,8 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Internacional

Autor: Benedict Mander e Michael Stott | Financial Times, de Buenos Aires e Londres

Título: Blecaute é mais um constrangimento para Macri na Argentina

O governo da Argentina teve dificuldades ontem para explicar a causa de um amplo apagão que deixou quase 50 milhões de pessoas em todo o país e no vizinho Uruguai sem energia elétrica por nada menos que 15 horas.

Gustavo Lopetegui, secretário de Energia argentino, disse ontem que o blecaute foi causado por uma sobrecarga de energia elétrica ocorrida numa importante linha de transmissão no norte do país, que se propagou por toda a rede

nacional. Ele acrescentou que podem ser necessárias duas semanas para verificar exatamente por que o apagão foi tão grave.

"O problema e a questão são: por que um sistema que tem capacidade de isolar aquele trecho não fez isso?" Lopetegui se referia à linha de transmissão que parte da hidroelétrica de Yacyretá, na fronteira da Argentina com o Paraguai, em direção ao sul, rumo a outra hidroelétrica, em Salto Grande, na fronteira do país com o Uruguai.

Embora a distribuidora Edesur tenha anunciado que a crise foi "100% resolvida" na noite de domingo, mais de 10 mil pessoas seguiam sem energia elétrica em Buenos Aires na manhã de ontem.

O apagão da manhã de domingo paralisou o metrô, apagou semáforos e deixou residências no escuro, mas não houve acidentes relevantes nem registro de vítimas. O movimento nas ruas de Buenos Aires permaneceu baixo na manhã de ontem, com muitas pessoas em casa por ser feriado nacional.

O governo tentou tranquilizar a população dizendo que uma enorme falha como a de domingo tem chance "zero" de voltar a ocorrer, apesar do estado abaixo do ideal da rede de eletricidade argentina.

Lopetegui "não ousou oferecer uma hipótese" para a causa da ocorrência, dizendo que não tinha todas as informações necessárias para isso, embora tenha negado a possibilidade de um ciberataque.

Especialistas em energia elétrica disseram que um apagão dessa proporção não é inédito. O nordeste dos EUA e o Canadá, por exemplo, sofreram um blecaute relevante em 2003, que afetou dezenas de milhões de pessoas.

Alison Silverstein, que chefiou a investigação daquele apagão, disse que as redes de energia elétrica foram projetadas com relés (dispositivos de controle de circuitos) e sistemas que medem as condições e que fecham rapidamente uma parte da rede ou redirecionam a energia elétrica, para garantir segurança caso os níveis de energia elétrica superem as configurações programadas.

Silverstein que atualmente trabalha como consultora independente em Austin, Texas, disse que os motivos mais comuns desses problemas são modelos imprecisos ou obsoletos de rede, reconhecimento inadequado das condições da rede em tempo real e erros imprevistos na configuração das operações automáticas do equipamento, embora tenha enfatizado que ainda não examinou detalhadamente o caso da Argentina.

O sistema de energia elétrica argentino caiu às 7h07 de domingo, quando o consumo nacional era relativamente baixo. Lopetegui disse que o episódio "fora do comum" não deveria ter ocorrido.

"Houve uma fração de segundo entre o momento em que aconteceu uma simples falha e em que o sistema desligou todo o país sem intervenção humana, em vez de isolar aquela falha", disse ele. "Isso nunca havia acontecido na história da Argentina."

Apagões são uma questão política delicada desde que as tarifas das concessionárias de serviços públicos foram congeladas, após a crise econômica de 2001-02 no país. Na esteira da crise, a infraestrutura elétrica da Argentina sofreu em decorrência de subinvestimento da parte de um setor privado deficitário. O congelamento de preços causou um aumento do consumo, o que pôs ainda mais à prova a capacidade do sistema.

O enorme apagão de domingo representa, assim, um grave constrangimento para o presidente Mauricio Macri, que enfrenta uma difícil campanha eleitoral em meio a uma recessão. Desde que ele assumiu, em 2015, as tarifas de energia subiram várias vezes, o que foi uma medida enormemente impopular, justificada como necessária para impulsionar os investimentos e evitar os blecautes.

Alberto Fernández, o principal adversário de Macri na eleição presidencial de outubro, exigiu que o governo solucione a crise, dizendo que as reformas de Macri aparentemente só beneficiaram seus amigos empresários, enquanto milhões de argentinos tiveram de desembolsar "uma fortuna" devido às altas da tarifa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Minério cai 1,9%

Depois de quase dez sessões de valorização, os preços do minério de ferro à vista iniciaram a semana devolvendo parte dos ganhos acumulados no período e perderam o nível dos US\$ 110 por tonelada. Essa marca não era alcançada desde abril de 2014. Conforme a publicação especializada "Fastmarkets MB", a

tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 1,9%, ou US\$ 2,09, para US\$ 108,21. Ainda assim, no mês, a commodity acumula alta de 6,5%. No ano, o ganho é de quase 49%. A queda de ontem se dá apesar dos fundamentos positivos do mercado. Diante do maior consumo pelas siderúrgicas chinesas, os estoques de minério na China seguem em queda. Na sexta-feira, de acordo com a Fastmarkets, estavam em 117,96 milhões de toneladas nos 45 principais portos do país asiático, com baixa de 3,63 milhões de toneladas frente a quinta-feira e de 24,92 milhões de toneladas em relação ao início de 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: CPRM perfurou 17 poços da Braskem em Maceió

Dentre os documentos que a Braskem está juntando para contestar o relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) que associou a extração de sal-gema ao afundamento do solo em três bairros de Maceió (AL), um deles mostra que a empresa pública foi contratada para perfurar 17 dos 35 poços abertos para essa atividade desde 1970 pela antiga Salgema, que depois foi adquirida pela Braskem.

As informações não constam do laudo divulgado no início de maio, embora a contratação da CPRM seja pública, diz a petroquímica. Os dados constam de um documento de 1989, já anexado pela Braskem aos documentos que subsidiarão o questionamento judicial do relatório.

Um dia depois da divulgação do laudo, a petroquímica paralisou a extração de sal-gema e as fábricas de cloro-soda e dicloretano de Maceió. As unidades de PVC de Alagoas e da Bahia, porém, seguem operando normalmente, com matéria-prima importada.

O Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública de Alagoas pedem na Justiça o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões em bens da companhia, com vistas à indenização das famílias afetadas em três bairros. Na semana passada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acabou liberando a Braskem a distribuir a seus acionistas R\$ 2,67 bilhões em dividendos, ao derrubar decisão que sustava o pagamento, dentro do processo judicial.

A liberação, contudo, foi atrelada à apresentação de um seguro garantia de igual valor pela petroquímica. O **Valor** apurou que o seguro foi entregue ontem ao Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). MPE e Defensoria se preparavam para

recorrer da decisão do STJ, ao mesmo tempo em que entraram com representação ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro José Antônio Dias Toffoli, pedindo providências devido à demora da Justiça em se posicionar sobre o bloqueio de bens.

A Braskem declarou que "mantém total transparência em relação a suas atividades, obedece toda a legislação brasileira e, acima de tudo, tem a segurança das pessoas como maior prioridade". "Os serviços de perfuração prestados pela CPRM seguem essas premissas. A autarquia estava habilitada e tinha expertise em perfuração, pesquisa e geologia", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Copersucar lucra R\$ 177 milhões

Maior comercializadora de açúcar e etanol do mundo, a Copersucar driblou o cenário adverso que marcou a safra passada (2018/29), com queda dos preços internacionais do açúcar, greve dos caminhoneiros e fraqueza da economia brasileira. A companhia informou ontem que teve um lucro líquido de R\$ 177,5 milhões na última safra, montante 20,6% acima do resultado da temporada anterior.

A receita líquida da Copersucar bateu recorde e atingiu R\$ 28,7 bilhões, marginalmente superior à da safra 2017/18. Dentro desse bolo, cresceu a participação de sua controlada Eco-Energy, maior comercializadora de etanol no mercado americano, que respondeu por 58%. As operações de açúcar e etanol no Brasil responderam pelo restante.

Segundo João Roberto Teixeira, que assumiu a presidência da Copersucar no ano passado, o segredo para o resultado positivo foi a flexibilidade da companhia, principalmente em logística. No terminal no porto de Santos, a Copersucar compensou a menor produção de açúcar do Centro-Sul aumentando as operações de grãos.

Em entrevista a jornalistas, o executivo também destacou o desempenho no mercado doméstico. Na safra passada, as vendas de açúcar no país somaram 1,7 milhão de toneladas, incremento de 6,2%. Mas isso não foi suficiente para evitar a redução das vendas totais. Como as exportações caíram quase 28%, a

Copersucar vendeu 3,8 milhões de toneladas de açúcar produzido por suas cooperadas na safra 2018/19, redução de 13% ante a safra passada.

Por meio da trading Alvean, na qual a Copersucar é sócia da Cargill, foram comercializados 12 milhões de toneladas de açúcar. Desse volume, metade foi originado no Brasil (6,6 milhões de toneladas). "A Alvean ganhou participação de mercado e conquistou novos destinos porque foi capaz de ampliar a originação além da Copersucar, com estratégia de parcerias", disse Teixeira. A movimentação de produtos de usinas que não pertencem ao sistema cooperado e que forneceram a commodity para a Alvean representou 50% das cargas movimentadas.

No caso do etanol, as vendas totais da Copersucar atingiram 4,8 bilhões de litros na safra 2018/19, alta de 11,6% ante os 4,3 bilhões de litros da temporada passada. Desse total, 4,1 bilhões de litros foram comercializados no mercado brasileiro.

O aquecimento do mercado interno de etanol - as vendas no país bateram recorde na temporada passada -, também rendeu frutos para a Opla, joint venture que a Copersucar tem com a BP Biocombustíveis para atuar no negócio de logística de etanol no Brasil. No primeiro ano cheio de operação, a Opla movimentou 1,3 bilhão de litros de etanol.

Na América do Norte, a Eco-Energy movimentou 9 bilhões de litros de etanol, menos do que os 9,8 bilhões de litros na safra anterior. A perspectiva para esse negócio é positiva para os próximos anos, sobretudo pela decisão do governo Donald Trump de ampliar a participação do etanol na composição da gasolina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Cristian Klein | Do Rio

Título: Quatro projetos têm alta probabilidade de virarem lei

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para esta semana quatro projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Na Câmara, um dos projetos autoriza o proprietário de imóvel rural a separar parte dele para servir como garantia de empréstimo vinculado à Cédula

Imobiliária Rural (CIR), criada pela proposta para representar a dívida. Outro projeto reforça a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), ao prever, por exemplo, que os empreendimentos em situação de alto risco terão 45 dias para pagar a remoção e realocação dos ocupantes das áreas potencialmente afetadas pelo possível rompimento. O texto, já aprovado no Senado, acelerou com o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), e seguirá para sanção caso aprovado.

No Senado, está o projeto que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais já erguidas à margem de rodovias federais e ferrovias, ainda que a lei em vigor proíba construções em uma faixa de 15 metros de cada lado de estradas ou trilhos. Outra proposta com alta chance de aprovação é a que estabelece normas para a elaboração e comercialização de queijos artesanais.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou 29 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Talita Moreira | De São Paulo

Título: Odebrecht faz a maior recuperação judicial do país, de R\$ 98,5 bilhões

A Odebrecht levou ontem à 1ª Vara de Falências de São Paulo um pedido de recomeço. O valor total de dívidas listadas na Justiça é de R\$ 98,5 bilhões, que pertencem à holding ODB e mais um conjunto de controladoras e controladas que somam 21 empresas. Trata-se da maior recuperação judicial, de longe, já realizada no Brasil. Do total, R\$ 65,5 bilhões podem ser cobrados do grupo. Outros R\$ 33 bilhões são empréstimos feitos entre as companhias do grupo e que precisam ser listados ao juiz, mas não representam problemas.

A percepção do conglomerado é que ele ainda não teve o reconhecimento de que merece uma segunda chance, apesar de ter cumprido o ritual de assumir compromissos com a Justiça pelos malfeitos revelados na Operação Lava-Jato, em diversos acordos de leniência no Brasil e em outros países, e ter desenvolvido um modelo de governança e controles.

O presidente da ODB, Luciano Guidolin, encaminhou aos funcionários uma carta, pouco após às 18h. "Gostaria que entendessem que, para nós, a

recuperação judicial é a medida mais adequada neste momento. Representa uma mudança de ambiente para dar continuidade ao nosso esforço de reestruturação financeira. A partir de agora, a negociação se dará em forma coletiva com os credores (...) e com mais coordenação, segurança e transparência", disse ele.

Há meses, o grupo tentava uma negociação privada com os bancos nacionais para uma recuperação extrajudicial, mas tornou-se alvo de execuções por parte da Caixa. Na semana passada, uma das cobranças, referente a R\$ 632 milhões da construção da Arena Corinthians, chegou às últimas consequências com a citação da Odebrecht pela Justiça. O Bradesco tentou, inclusive durante o fim de semana, organizar os bancos para uma saída negocial.

Das dívidas levadas ao juiz, contam dentro da recuperação judicial como direito de voto R\$ 84 bilhões - R\$ 51 bilhões em dívidas financeiras mais R\$ 33 bilhões dos compromissos dentro do grupo (que na prática não vota).

Há outros R\$ 14,5 bilhões de dívidas que têm como garantia ações de companhias controladas: a petroquímica Braskem, a companhia de navios-sonda Ocyan e a produtora de etanol Atvos. As participações nesses negócios foram cedidas em "alienação fiduciária", que dá plenos poderes ao dono do crédito para execução dos ativos. Como são considerados de alta prioridade, tais créditos são chamados de "extraconcursais". Dívidas com essas coberturas não dão direito a voto na assembleia que decidirá o plano de reestruturação.

Na soma de vencimentos concursais e extraconcursais, Itaú, Bradesco, BNDES, Banco do Brasil, Caixa (com FI-FGTS) e Santander têm créditos de R\$ 32,8 bilhões listados na recuperação judicial.

"O mesmo conjunto de premissas que estávamos tentando na negociação não judicializada será usado na recuperação judicial. O processo inclui a holding e todo o perímetro que possui forte ligação com ela, com dívidas e garantias cruzadas", explicou Ricardo Knoepfelmacher, da RK Partners, à frente das negociações do grupo.

A recuperação judicial, protocolada ontem às 16h50, ficará aos cuidados do juiz João de Oliveira Rodrigues Filho, que já está à frente do caso da Atvos. O administrador judicial será o mesmo também, a Alvarez & Marsal. Pela Odebrecht, quem conduz ao lado da RK é o escritório E.Munhoz Advogados, de Eduardo Munhoz.

Após consultar especialistas, a Odebrecht decidiu não listar o Ministério Público Federal (MPF) como credor, pelo acordo de leniência de R\$ 3,6 bilhões. Em outras jurisdições, esse tipo de acordo é renegociado com as demais dívidas.

O processo da ODB não afeta a controlada Braskem, nem OEC e Ocyan, além da empresa de incorporações imobiliárias OR e o estaleiro Enseada. A Atvos, que já levou suas dívidas à Justiça, terá uma reestruturação à parte. Para além da solução para os compromissos da ODB, ainda será preciso reorganizar as dívidas de algumas controladas, como OR e Enseada. É possível que ambas tenham que ter suas próprias recuperações judiciais. A Braskem está distante de ter problemas financeiros e a Ocyan reorganizou os vencimentos em 2017.

"O processo da Odebrecht é uma oportunidade para demonstrar que o ambiente institucional brasileiro avançou e está preparado para assegurar que a recuperação judicial constitui um instrumento eficiente para preservar uma empresa que é importante para o país, pois é detentora de ativos relevantes e estratégicos, como Braskem, OEC e Atvos, de tecnologia de engenharia avançada e que congrega mais de 45 mil famílias de trabalhadores diretos", destacou Munhoz ao **Valor**. "A preservação de uma empresa dessa importância vai muito além da defesa do interesse de seus acionistas, sendo relevante para o conjunto de seus credores e para toda a sociedade brasileira", completou.

Ao longo da petição inicial, a Odebrecht apresenta seu histórico de crescimento e investimentos realizados que levaram a dívida consolidada do grupo a subir de R\$ 18 bilhões para R\$ 110 bilhões, entre 2008 e 2015, ano que marca o auge de resultados do conglomerado e também o início da crise, com a prisão de Marcelo Odebrecht, então presidente da holding ODB. Nesse intervalo, a receita bruta consolidada aumentou de R\$ 40 bilhões para R\$ 132 bilhões. Hoje, está em torno de R\$ 80 bilhões.

A crise deflagrada pela Lava-Jato, somada à retração da economia brasileira, levaram a Odebrecht a reestruturar ao longo dos últimos anos R\$ 27 bilhões em dívidas de suas controladas e a vender, só no âmbito da ODB, R\$ 7,2 bilhões em ativos. Considerando as alienações feitas pela Odebrecht TransPort, o total vai a R\$ 9 bilhões.

Foi ao longo dessas reestruturações que o conglomerado entregou como garantia todas as ações de Braskem e o controle de Ocyan e da Atvos.

Por conta disso, o grupo também levou ao juiz o pedido de proteção dessas participações, para evitar que os credores tentem executar tais garantias. A ODB argumenta que as três companhias constituem "bens essenciais" e destaca que a petroquímica é hoje seu ativo mais valioso e gerador de 79,4% da receita bruta de 2018. Na prática, significa que os credores não poderão vender essas ações durante a recuperação.

Guidolin afirmou, aos funcionários do grupo, que ao longo dos últimos anos a empresa manteve o apoio às controladas. Além de assumir R\$ 4 bilhões de

dívida para reestruturação da Atvos em 2016, a ODB fez ainda aportes de R\$ 1 bilhão na OEC, US\$ 530 milhões na Ocyan, R\$ 900 milhões na Enseada, e R\$ 500 milhões na OR.

Conforme o **Valor** antecipou, a Odebrecht buscará transformar cerca de R\$ 20 bilhões, dos R\$ 51 bilhões, numa dívida semelhante a uma participação acionária - sem vencimento, sem juros, com direito a dividendos e participações em vendas de ativos. O formato para isso ainda não está definido. Para recuperar essa dívida, a ideia é usar parte das ações da Braskem que já estão dadas em garantia, o que afetará os créditos extraconcursais, mais dividendos futuros da OEC e da Atvos. Essa discussão já avançou nos diálogos durante o fim de semana. Os detentores da cobertura estavam dispostos a ceder parte na negociação privada, mas queriam que a ODB desse contrapartidas.

Outros R\$ 7 bilhões deverão ser cortados na recuperação extrajudicial de R\$ 12 bilhões da OEC com bônus internacionais - em reorganização separada e conduzida pela Moelis & Company mais Cleary Gottlieb Steen & Hamilton.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Gigante da construção vai ao fundo do poço após 75 anos

O grupo Odebrecht, fundado em 1944 pelo patriarca Norberto Odebrecht, enfrenta o fundo do poço, após as gestões de seu filho Emílio e do neto Marcelo. Sobreviver será o grande desafio da empresa, ante o pedido de proteção judicial multibilionária contra credores. Mais de 85% das empresas familiares no mundo, conforme consultorias especializadas, não passam da terceira geração.

Ainda estudante de engenharia, Norberto assumiu em 1941 o comando dos negócios do pai, também chamado Emílio, que se encontrava atolado em dívidas por causa da crise da construção civil durante a Segunda Guerra Mundial. Três anos depois, com a empresa reorganizada, ele fundou a Norberto Odebrecht Construtora, que deu origem ao grupo que, no auge, somava dez negócios diferentes - de petroquímica a estaleiro. A companhia chegou a ter, então, mais de 180 mil empregados e presença em dezenas de países. Em 2015, atingiu faturamento de R\$ 132 bilhões, mas já carregava uma dívida praticamente impagável.

Luterano por formação (descendente de alemães) e baiano por natureza, como descreve uma publicação sobre o empresário, Norberto, ao assumir a empresa

do pai, fez um pacto com os bancos: "arranjem-me obras que eu pago as dívidas". Fez também um pacto com os empregados.

Transformada em Construtora Norberto Odebrecht (CNO), a empresa saiu do reduto Salvador e interior da Bahia para as regiões Nordeste e Sudeste a partir dos anos de 1960. Passou a participar de grandes obras de infraestrutura pelo país, como aeroportos, hidrelétricas e rodovias. Na década seguinte já alcançou presença em todo o território brasileiro, ganhando o respeito em capacitação técnica em obras complexas de engenharia.

No fim do anos 60 ganhou a obra de construção da sede da Petrobras e passou a vencer seguidas concorrências, como o Aeroporto do Galeão e a usina nuclear de Angra dos Reis. Com a hidrelétrica de Charcani, no Peru, no fim dos anos 70 inicia a fase de internacionalização. Nessa época, começa também a diversificar os negócios: entra na indústria química e petroquímica na Bahia.

Norberto foi deixando sua marca na companhia ao longo da sua gestão executiva, que durou até 1991. Naquele ano, entregou o bastão ao filho Emílio Odebrecht, que já o acompanhava no dia a dia da empresa fazia tempo. Ficou apenas na presidência do conselho, até 1998, quando foi se dedicar às suas fazendas de cacau na Bahia e projeto ambientais.

Seu grande legado à frente da empresa que criou foi também a TEO (Tecnologia Empresarial Odebrecht), adotada como cartilha por todos os empregados da empreiteira. Na obra "Sobreviver, Crescer e Perpetuar", de sua lavra, indicou o que seriam os quatro pilares da sabedoria: economia de tempo, trabalho em equipe, incentivo permanente à produtividade definição de prioridades.

Em linha com sua expansão local e internacional, em 1981 o grupo criou a holding Odebrecht S.A. (ODB), com participações em diversos negócios. Na década seguinte, torna-se a maior construtora de obras pesadas da América Latina e uma grande exportadora de serviços. Entra também no mercado dos Estados Unidos.

Em sua trajetória, a Odebrecht manteve forte relação com os governos. Com os militares, atuação nos gabinetes de autoridades de Brasília. A partir de 1985, lobbies distribuídos por uma rede de influências políticas espalha entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. Se Norberto apoiou, e transitou bem no curto período de Fernando Collor, Emílio ocupou espaços nos governos que vieram depois - de Itamar a Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

O empresário foi um dos grandes fiadores de Lula, principalmente no início do governo. A Odebrecht quase quebrou em 1999, com a maxidesvalorização do

dólar. Teve de vender vários ativos, ficando apenas com a construtora (CNO) e participações em petroquímica. A partir de 2002, já com forte influência de Marcelo nos negócios, começa a remontar o conglomerado. Cria a Braskem, que, com apoio do governo e parceria da Petrobras, foi incorporando outros ativos do setor, tornando-se monopolista no setor.

Emílio fez uma transição com executivos na presidência até Marcelo assumir o comando da Odebrecht S.A. em 2008. Ele ficou no conselho. A partir de 2005, entrou em setores de infraestrutura, óleo e gás, sucroalcooleiro, incorporação imobiliária, concessões de mobilidade e transportes, energia, defesa e serviços navais.

O grupo cresceu aceleradamente sob a gestão do novo comandante, que imprimiu um modelo de líderes de negócios com total liberdade para conversar com governos onde a empresa tinha presença e para fechar contratos. No fim do dia, dizia, o que cobrava, de fato, de cada um, era resultado, afirmou em entrevista ao **Valor** dois anos antes de ser preso e afastado das suas funções no grupo.

Marcelo tinha uma grande ambição. Em 2013, quando a Odebrecht previa atingir faturamento próximo de R\$ 100 bilhões - cifra alcançada no ano seguinte -, o empresário já traçava o que chamou de Projeto 20-20. A meta era atingir receita R\$ 200 bilhões na virada de 2020 para 2021.

A Operação Lava-Jato, deflagrada em março de 2014, para investigar contratos de empreiteiras e outros fornecedores com a Petrobras, derrubou por terra o plano do empresário. Em 19 de junho de 2015, Marcelo foi preso e, no fim de 2016, foi assinado um amplo acordo de leniência com as autoridades, envolvendo 78 pessoas da empresa - Emílio, Marcelo e 76 executivos. Desde 2016, mesmo com a venda de R\$ 7,2 bilhões em ativos no Brasil e exterior e repactuação de dívidas de controladas, o grupo entrou numa profunda crise.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/06/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Gás natural mais barato

Pouco depois de anunciar sua maior descoberta desde o pré-sal, em 2006, a Petrobrás já negocia com investidores privados a venda de participação na exploração dos seis campos de gás natural encontrados em Sergipe. Juntos, os campos de Barra, Cumbe, Farfan, Poço Verde, Muriú e Moita Bonita, a 80 km da

costa de Aracaju, têm capacidade para produzir cerca de 20 milhões de m3 de gás natural por dia, o equivalente a um terço da produção nacional.

De acordo com estimativa da consultoria Gas Energy, a receita anual do negócio para a Petrobrás e seus sócios será de R\$ 7 bilhões. Tanto a descoberta como os planos da empresa para a exploração do combustível na região são bastante alvissareiros. Para o Brasil, e para Sergipe e a Região Nordeste em particular, a grande produção de gás natural nos seis campos encontrados contribuirá muito para baratear o custo de energia e aquecer a atividade econômica. O mero anúncio da descoberta foi suficiente para provocar entusiasmo. "Virei um caixeiro viajante, batendo de porta em porta de indústrias, oferecendo as vantagens do gás natural a quem quiser se instalar em Sergipe", disse José Augusto de Carvalho, secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado.

O governo federal aposta que sairá de Sergipe "o gás mais barato do Brasil", o que poderá concretizar uma promessa feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicar um "choque de energia barata", um ambicioso plano para reduzir em até 50% o custo do gás natural e, assim, "reindustrializar" o País. É compreensível a exultação com a recente descoberta e não há dúvida quanto ao peso que o custo da energia tem sobre as indústrias. Mas, dada a atual capacidade ociosa do setor, resta saber o que é a tal "reindustrialização" defendida pelo ministro Paulo Guedes.

A Petrobrás acerta ao manter-se fiel a seu planejamento estratégico, com foco na exploração do pré-sal na Região Sudeste, e negociar a venda de participação nos negócios em Sergipe. O alto investimento na exploração do gás natural poderia pôr em risco a saúde financeira da empresa, recuperada a duras penas após os arroubos irresponsáveis, não raro criminosos, que marcaram a gestão da Petrobrás durante os governos do PT.

Além disso, dada a alta complexidade geológica para a exploração do gás natural nos campos de Sergipe, somente empresas experientes, de grande porte, poderão se associar à Petrobrás. "A venda parcial desses ativos será muito boa para atrair parceiros com capacidade financeira e tecnológica e apetite para o gás. Vai acelerar os projetos", avaliou o **secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Felix.**

Os campos de gás natural em Sergipe estão em uma área contida no plano de desinvestimento da Petrobrás, plano que foi comunicado ao mercado em maio do ano passado, por meio de "fato relevante". Não se sabia, àquela época, a dimensão do potencial dos campos, o que só foi revelado há pouco, na divulgação do resultado financeiro do primeiro trimestre de 2019.

O anúncio gerou grande interesse em empresas do setor, "uma garantia de que o investimento vai sair. Quanto mais plural, menor o risco de os investimentos serem paralisados", avaliou o presidente da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto. A participação de empresas privadas levará a uma saudável competição que só tem a beneficiar os consumidores de gás natural, principalmente as indústrias.

Outro ponto positivo que merece destaque é a possível retomada do setor de óleo e gás no País. A forte queda do preço desses insumos no mercado internacional combinada com a revelação do assalto à Petrobrás engendrado pelo PT, seus partidos aliados e grandes empreiteiras serviram para paralisar o setor. E isso pode ser só o começo. Felipe Kury, diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), vê o potencial da bacia de Sergipe como "muito promissor". Ou seja, mais campos podem ser descobertos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Declodt e Fernanda Guimarães

Título: » Pujança.

Coluna do Broadcast

O volume de emissões de ações no acumulado deste ano alcançou mais de R\$ 13 bilhões na B3, já superando o total de 2018, de R\$ 11,2 bilhões. Depois de Intermédica, que pulou a fila, serão precificados os follow ons de Petrobras e BR Distribuidora. No fim do mês será a vez da Neoenergia, que está na rua com sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/06/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Cyntia Decloedt

Título: Com dívidas de quase R\$ 100 bilhões, Odebrecht pede recuperação judicial

Proteção. Processo é o maior da história do País, superando o da operadora Oi, de R\$ 64 bi; declínio do grupo baiano, por anos um dos maiores conglomerados empresariais do Brasil, começou em 2015, em decorrência das investigações da Operação Lava Jato

Com dívidas de quase R\$ 100 bilhões, Odebrecht pede recuperação judicial

O pedido de recuperação judicial feito pela Odebrecht SA, ontem, na 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial, marca o declínio um dos maiores conglomerados empresariais brasileiros, com origem na construção pesada e negócios que foram dos segmentos de petróleo e petroquímica a concessão de serviços públicos e etanol. Com dívidas de R\$ 98,5 bilhões, incluindo os empréstimos intercompanhias, a empresa – que já foi símbolo da bonança da economia brasileira – agora é responsável pela maior recuperação judicial da história do País.

Desde que virou um dos pivôs do maior escândalo de corrupção do Brasil, a Operação Lava Jato, o conglomerado vem sofrendo um revés atrás do outro. Nos últimos quatro anos, os contratos minguaram e a dívida ficou grande demais para o novo tamanho do grupo baiano, que não teve outra alternativa a não ser recorrer à Justiça para se proteger do ataque de alguns credores.

O pedido feito ontem inclui 21 companhias não operacionais, como a Kieppe e a ODBinv – controladoras da Odebrecht –, que eram garantidoras de dívidas de outras companhias do grupo. As empresas operacionais, como Engenharia e Construção, Enseada, Transport e OR (braço imobiliário do grupo), ficaram de fora da recuperação, segundo comunicado da empresa. Desta forma, elas continuarão renegociando suas dívidas separadamente.

Dos R\$ 98,5 bilhões de dívidas, R\$ 51 bilhões serão de fato renegociados com os credores em assembleia; R\$ 33 bilhões são de empréstimos intercompanhias; e R\$ 14,5 bilhões são alienação fiduciária – boa parte referente a dívidas garantidas com ações da Braskem. Segundo especialistas, embora esse montante esteja fora da recuperação judicial, os credores poderão aderir ao processo posteriormente. Isso significa que, no total, R\$ 83,6 bilhões poderão ser renegociados no âmbito judicial.

O pedido feito pela Odebrecht começou a ganhar mais força na semana passada. A empresa tentava de todas as formas escapar de uma recuperação judicial para evitar a destruição de valor da empresa. Mas, com a pressão feita pela Caixa Econômica Federal nas últimas semanas, o grupo sucumbiu à necessidade de recorrer à Justiça. Ontem, antes de seguir para o Fórum, em São Paulo, advogados e executivos do grupo ficaram reunidos durante boa parte do dia. O despacho com o juiz estava marcado para as 16 horas. Quase 50 minutos depois, o pedido já havia sido protocolado pelo escritório E. Munhoz.

Caixa. A gota d'água para o grupo foi o início do pedido de execução de uma dívida do Itaquerão (estádio do Corinthians) pela Caixa. Desde que a Atvos – empresa de açúcar e álcool da Odebrecht – entrou em recuperação judicial no mês passado, o banco iniciou uma campanha para executar as garantias das dívidas do grupo. O objetivo da Caixa era conseguir ações da Braskem para

reduzir sua exposição ao grupo. Dos bancos credores, apenas Caixa e o Banco Votorantim não têm seus créditos junto ao grupo cobertos por ações da petroquímica. A exposição da Caixa na Odebrecht supera R\$ 2 bilhões.

O problema é que, para dar ações da Braskem, a Odebrecht precisaria do aval dos demais bancos detentores de papéis. Além disso, como as ações caíram, o valor da Braskem é insuficiente para cobrir dívidas. Ou seja, para a Caixa ter as ações, outro credor precisaria ceder parte de suas garantias (ver ao lado).

Além de Caixa, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), Bradesco, Itaú e Santander são os maiores credores do grupo. Segundo fontes próximas as negociações, quase todas as instituições estavam dispostas a chegar a um acordo com a empresa, com exceção da Caixa.

O banco tem iniciado um processo para devolução de recursos para o Tesouro Nacional. A expectativa da instituição é devolver cerca de R\$ 20 bilhões até o fim do ano, o que vinha fazendo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, endurecer nas negociações – o executivo quase atrapalhou a venda de ativos da Odebrecht, como a Rota das bandeiras (Rodovia D. Pedro), dizem fontes..

Em nota, o grupo afirmou que tem adotado uma série de medidas para cumprir seus compromissos, como redução de despesas e melhor governança. Também vendeu vários ativos para fazer caixa. No total, foram o grupo se desfez de R\$ 7,2 bilhões em três anos.

No auge, em 2015, a companhia chegou a faturar R\$ 132 bilhões, segundo o pedido de recuperação judicial. Mas, da mesma forma que as receitas aumentaram, a dívida também cresceu. Entre 2008 e 2015, época dos megaprojetos dos governos Lula e Dilma Rousseff, o endividamento total do grupo saltou de R\$ 18 bilhões para R\$ 110 bilhões. O número de funcionários alcançou 193 mil trabalhadores.

"Hoje são 48 mil postos de trabalho em consequência da crise econômica que frustrou muitos dos planos de investimentos feitos pela Odebrecht e do impacto reputacional pelos erros cometidos", disse o presidente do grupo, Luciano Guidolin, em nota. No ano passado, o grupo já havia passado por uma grande renegociação, que terminou com aporte de R\$ 2,6 bilhões no grupo.

Mas o fôlego durou pouco. No fim de 2018, a construtora Odebrecht deixou de pagar uma dívida de R\$ 11 milhões e passou a despertar a desconfiança dos credores. Hoje, a construtora está em renegociação de US\$ 3 bilhões com detentores de títulos da empreiteira. No mês passado, foi a vez da Atvos entrar em recuperação judicial depois que um credor entrou na Justiça e conseguiu o

arresto de parte da produção da empresa. Para completar o conjunto de más notícias, a holandesa Lyondell Basell desistiu de comprar a Braskem, o que daria fôlego para a Odebrecht. Agora com a recuperação judicial, o grupo tem 60 dias para apresentar o plano para os credores

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: O novo BNDES e a crise da Odebrecht

Um dos dois nomes que o ministro Paulo Guedes sugeriu para Joaquim Levy nomear para a diretoria foi exatamente o de Gustavo Montezano. Levy não quis nomeá-lo e agora é ele que vai assumir a presidência. A expectativa na área econômica é que o futuro presidente do banco, por estar integrado à equipe desde a época da campanha, possa acelerar o programa de privatização e de venda de ativos. Montezano assumirá um banco em crise, que teve quatro presidente sem três anos e seu nome foi anunciado no dia da recuperação judicial da Odebrecht, a maior da história do país e um dos mamúticos problemas a enfrentar.

Só a Atvos deve ao BNDES R\$ 4 bilhões. Na Odebrecht são outros R\$ 7 bilhões, com poucas garantias. Além de R\$ 3 bilhões que estão fora da recuperação judicial, na chamada dívida extraconcursal. O pedido atinge a holding, mas não a Braskem, nem a construtora. O BNDES é o maior credor da Odebrecht.

Montezano, que já foi do BTG, terá também que superar o ambiente de crise interna no banco provocado pela maneira grosseira como o presidente Jair Bolsonaro detonou o processo que afastou Levy.

O caso Odebrecht mostra as diversas crises do Brasil dos últimos anos. A corrupção, e a perda da reputação provocada por ela, a diversificação sem controle da empresa estimulada por empréstimos do governo, as frustrações com a queda de consumo pela recessão brasileira. Tudo junto levou a Odebrecht a vergar sob o peso dos R\$ 80 bilhões de dívida. Na recuperação judicial estão R\$ 51 bilhões. Os maiores credores são bancos públicos: BNDES, Caixa e Banco do Brasil.

A história do dia de ontem, em que a holding da Odebrecht pediu recuperação judicial, começou há muito tempo. A maior empreiteira do Brasil se afundou num lamaçal sem fim, financiando políticos de diversos partidos, principalmente do PT, que estava no poder. O grupo, já na terceira geração da família, decidiu

escalar a corrupção criando até um bizarro departamento de propinas. Os crimes foram investigados, confessados e punidos na Operação Lava-Jato.

Além disso, o grupo fez algumas apostas que pareciam certas para quem acreditava que o Brasil continuaria a crescer. De 2010 a 2015, investiu fortemente no setor de etanol.

Houve cinco anos de congelamento dos preços da gasolina, abatendo as empresas do setor. Comprou o aeroporto do Galeão, pagando um enorme prêmio, e o número de passageiros caiu. Investiu em concessão de estradas, e deu errado. Investiu em estaleiro para sondas para a Sete Brasil e fracassou. Nos últimos anos ela fez um enorme esforço para se ajustar, reduziu de 180 mil para 48 mil o número de funcionários. Mudou a conduta e as formas de controle. É a única empresa, das envolvidas na Lava-Jato, que aceitou ser auditada por procuradores americanos durante três anos. Tentava organizar suas dívidas, mas a Caixa a executou, depois que a Lyondell Basell decidiu não comprar mais a Braskem. Ficou sem saída e ontem ajuizou o pedido de proteção judicial. No comunicado ao mercado, ela culpa a crise econômica que frustrou investimentos, e o "impacto reputacional dos erros cometidos"..

Num país em crise, com uma empresa dessa dimensão entrando em recuperação judicial, o BNDES, seu maior credor, passa a ter um novo e jovem presidente. Esse é apenas um dos muitos desafios que aguardam Gustavo Montezano. Na época da campanha, ele se ofereceu para trabalhar na preparação do programa. Depois de não ter sido aceito por Levy para a diretoria de privatização, foi trabalhar com o secretário de Desestatização Salim Mattar.

Outro indicado por Paulo Guedes para Levy foi Fábio Abrão, para a diretoria de infraestrutura. Levy não quis, ficou com Mattar. Mas nada aconteceu na Secretaria de Desestatização. No governo, culpa-se a falta de integração do BNDES no processo, porque sem o banco a secretaria estaria sem a ferramenta mais importante.

No BNDES, a informação é que não há lentidão, mas sim prudência, e que tudo tem sido preparado em negociação com o TCU. Na equipe econômica, o que se diz é que o BNDES não caminhava no ritmo adequado, e que agora tudo será acelerado. Na economia brasileira não há dia sem emoção.

MME / ASCOM .